



CARTA DE LAGOA SECA NA PARAÍBA - BRASIL
MOVIMENTO DE ATINGIDAS E ATINGIDOS PELAS
RENOVÁVEIS – MAR

A emergência climática atinge o mundo de forma incontornável, exigindo dos Estados, dos governos e das sociedades um esforço nunca antes visto em defesa da vida no planeta Terra. O caos produzido pelas estruturas capitalistas nos envolveu em uma trajetória de destruição e terror que, verdadeiramente, necessita de uma resposta urgente. Sobretudo, em defesa daqueles que mais sofrem: os mais empobrecidos, as vítimas das guerras e dos genocídios, o sul global e a própria natureza humana e não humana (seus biomas, ecossistemas, entre outros).

Segundo dados dos últimos relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU), até o final do século, levando em conta os atuais planos climáticos nacionais, o aquecimento global deve chegar aos 3,2° C. O planeta passa por duras mudanças climáticas. Em meio a essa conjuntura de problemas que derivam, direta e indiretamente, do aquecimento global, as soluções são vendidas a preços módicos, aproveitando todo o potencial energético renovável, em substituição às energias fósseis.

Nesse cenário, nos dias 23, 24 e 25 de maio de 2025, reunidos em Lagoa Seca, na Paraíba, nasce oficialmente o MAR – Movimento de Atingidas e Atingidos pelas Renováveis, um marco da luta e organização das populações atingidas, decididos a somar forças e buscar unidade com outros movimentos irmãos para dar continuidade à luta por justiça social e climática, em defesa da vida, dos territórios, das comunidades, do verdadeiro e legítimo desenvolvimento humano, social e sustentável, e do bem comum para todas as vidas humanas e não humanas na Terra. Movidos pela esperança, pela serenidade e pelo desejo de transformação global, apresentamos esta Carta, na qual expomos nossos princípios, nossa missão, nossa forma de organização e nossas demandas. Tudo ainda em construção.

2ª Versão da carta após modificações realizadas na reunião da coordenação do MAR nos dias 06, 07 e 08 de fevereiro de 2026, na comunidade Caetanos de Cima, Amontada/CE.

NOSSOS PRINCÍPIOS

1. Autonomia Política, Popular e Prioridade à proteção dos territórios e maretórios

A defesa dos territórios e maretórios é condição fundamental para continuidade da vida, dos modos de existência e da autonomia dos povos e comunidades tradicionais. Acreditamos na força das comunidades para decidir sobre seus territórios. Lutamos pela autodeterminação dos povos e contra todas as formas de imposição externa.

2. Combate ao Neocolonialismo Energético e ao Racismo Ambiental

Opomo-nos às novas formas de colonização que se apresentam sob o discurso da transição energética que na prática reproduzem desigualdades históricas e aprofundam o racismo ambiental. No Nordeste do Brasil, esse modelo tem sido implementado à custa da exploração de territórios e da violação de direitos de povos e comunidades tradicionais, populações negras, indígenas e costeiras, que passam a arcar desproporcionalmente com os danos socioambientais desses empreendimentos, enquanto os benefícios econômicos se concentram em grandes empresas e investidores.

3. Defesa dos Bens Comuns

Lutamos pela preservação, conservação e proteção da água, da terra, do ar, do oceano, da biodiversidade e da energia como bens comuns, que não podem ser apropriados por interesses privados.

4. Compromisso Anticapitalista

Manifestamos a nossa oposição a um sistema que transforma a vida e a natureza em mercadoria. Defendemos um novo modelo baseado na solidariedade, justiça e cooperação entre os povos.

5. Raiz Territorial e Construção Popular

Somos povos do campo, das florestas, das águas, agricultores (as), povos originários, quilombolas, pescadores (as) tradicionais, extrativistas, caatingueiros, sertanejos, entre outros povos e comunidades tradicionais, pesquisadores (as), representantes de pastorais sociais, fóruns, sindicatos, organizações e movimentos sociais, entidades de ensino e pesquisa, representando uma significativa mostra da expressão das identidades coletivas dos territórios e da diversidade da população brasileira.

6. Pressão Direta sobre o Poder Público e Empresas

Exercemos pressão constante sobre governos, empresas, corporações e instituições, exigindo políticas públicas que respeitem os direitos dos povos e da natureza.

7. Convergência das Lutas

Acreditamos na união dos movimentos sociais, populares, culturais, LGBTQIAPN+ e ambientais. Somamos forças para transformar estruturas econômicas, colonialistas, racistas, patriarcais e construir alternativas reais.

8. Compensações Justas e Reparações

Exigimos medidas justas para reparar os danos causados às comunidades atingidas, com respeito à dignidade, à cultura e à autonomia local e aos modos de vida.

9. Saúde humana e ambiental

Defendemos a saúde humana e ambiental como dimensões inseparáveis, reconhecendo que a saúde das pessoas depende do equilíbrio dos ecossistemas, da qualidade das águas, do ar, da terra e dos alimentos. A proteção dos territórios, dos bens comuns e dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais é condição fundamental para a promoção da saúde, da dignidade e da continuidade da vida.

10. Proteção dos Corpos e da Vida das Mulheres, LGBTQIANP+, da População Infante Juvenil e Idosos

Comprometemo-nos com a proteção das mulheres, LGBTQIANP+, da população infante juvenil e idosos, frente às múltiplas violências agravadas pela transição energética injusta.

11. Incidência no Legislativo e nas Políticas Públicas

Atuamos para influenciar leis e políticas que garantam justiça social, climática e energética, com a voz e a presença dos povos nos espaços de decisão.

12. Soberania Energética Popular

Defendemos o direito dos povos de decidirem como, para quem e para que a energia será produzida, com controle social e gestão popular, priorizando a geração de energia descentralizada voltada à produção de alimentos, à reprodução da vida e ao fortalecimento dos povos do campo e da cidade.

13. Agroecologia e Soberania Alimentar e Economia Solidária

A agroecologia e economia solidária como forma de vida, resistência e cuidado com a terra, reconhecendo a soberania alimentar como parte essencial da soberania dos povos e dos territórios. Valorizamos e defendemos os modos de vida de povos e comunidades tradicionais, como pescadores e pescadoras artesanais, povos dos manguezais, comunidades de fundo e fecho de pasto, entre

outros que garantem a produção de alimentos, a proteção dos ecossistemas e a reprodução da vida.

NOSSA MISSÃO

Unir e fortalecer as populações atingidas pelas energias renováveis, promovendo a defesa intransigente dos direitos humanos, dos territórios e da natureza, construindo e fortalecendo alternativas agroecológicas e sustentáveis, justas e solidárias que assegurem a vida digna para todas as gerações presentes e futuras.

NOSSAS DEMANDAS

1. Garantir o respeito à Convenção Internacional 169 da OIT, assegurando consulta prévia, livre e informada às comunidades, quilombolas, tradicionais e indígenas afetadas.
2. Garantia de direitos territoriais e ambientais frente à expansão descontrolada de mega projetos de energia renovável.
3. Acompanhamento jurídico e popular de processos de licenciamento ambiental e contratos de arrendamento de terras.
4. Criação de mecanismos participativos e transparentes para avaliação dos impactos sociais e ambientais. Garantir uma representação no FONTE – Fórum Nacional da Transição Energética.
5. Exigência de medidas de compensação justas, baseadas na escuta das comunidades e na reparação real dos danos causados.
6. Defesa da soberania energética popular e descentralizada, que assegure que a energia gerada beneficie primeiro as populações locais e não apenas grandes empresas.
7. Reivindicação de políticas públicas que promovam a regularização fundiária com participação efetiva das comunidades em todos os trâmites do processo, para que a titulação de terras seja um ato para a efetiva promoção da justiça sócio territorial no campo, e não mais um instrumento para transferência de terras para os setores hoteleiro, imobiliário, de grandes empreendimentos de energias renováveis, de mineração e outros setores produtivos, em detrimento dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, das cidades, das águas e das florestas.
8. Reivindicação de políticas públicas que promovam a agroecologia, economia solidária e alternativas energéticas descentralizadas, que respeitem os modos de vida locais, denominado de patrimônio biocultural.
9. Repúdio à financeirização da natureza, que transforma os ecossistemas em ativos de mercado, violando o princípio da vida acima do lucro.

NOSSA FORMA DE ORGANIZAÇÃO

- Coordenação Colegiada Nacional composta majoritariamente dos Territórios com representantes eleitos dos estados e regiões, garantindo atuação em rede e legitimidade popular.
- Comitê Executivo: grupo com atribuições operacionais e estratégicas, responsável pela execução das ações definidas coletivamente.
- Comitês Temáticos: áreas como Formação, Comunicação, Incidência Política, Gênero e Juventude, que fortalecem a atuação e ampliam as frentes de mobilização.
- A estrutura do movimento respeita os seguintes critérios:
 - Paridade de gênero;
 - Representatividade geracional;
 - Transmissão de saberes e memória histórica dos territórios;
 - Autonomia organizativa dos estados e núcleos locais.

Por fim, O MAR nasce da urgência e da esperança. Somos atingidas e atingidos que resistem, constroem e se organizam. Este manifesto é a nossa voz coletiva, nossa declaração de princípios e nossa convocação à ação. Convidamos organizações, comunidades, movimentos e pessoas comprometidas com a justiça socioambiental a se somarem a nós. A transição energética só será justa se for construída com os povos, pelos povos e para os povos.

Por soberania energética popular, justiça climática e defesa da vida: somos MAR!